



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO**  
Base Mestre-de-Campo Antônio Curado Vidal

**NUP (64361.003065/2024-76)**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024**

Chamada Pública nº 01/2024 para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com dispensa de licitação, com fulcro no art. 4 da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, do decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, e na resolução PAA/GG Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2023, e suas alterações.

A Base Administrativa do Curado, pessoa jurídica de direito público ou privado, com sede na Avenida Professor Luis Freire, 198, Bairro Várzea, Recife-PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.543.958/0001-52, representado neste ato pelo Tenente Coronel JOSE ADILSON ANDRADE SILVA –, ordenador de despesas da Base Administrativa do Curado, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 4 da Lei n.º 14.628, DE 20 DE JULHO DE 2023 e na RESOLUÇÃO PAA/GG Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2023, por meio da Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos, vem realizar Chamada Pública para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 2006, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com dispensa de licitação, durante o exercício do ano de 2023. **Os interessados deverão entregar a documentação para habilitação e Proposta de Venda até o dia 02 de julho de 2024, às 09:00 (Horário de Brasília), na sala da Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos da Base Administrativa do Curado. A Sessão Pública será realizada no dia 02 de julho de 2024 às 09:00hs (Horário de Brasília) no Auditório da Base Administrativa do Curado.**

**1. OBJETO**

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários, por meio da modalidade Compra Institucional, do PAA, conforme especificações abaixo.

1.2 Descritivo dos itens e quantidades de cada Organização Militar Participante: conforme **ANEXO I** deste edital.

## **2. FONTE DE RECURSOS**

2.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto deste Chamamento Público, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo da Unidade Gestora Gerenciadora, a serem descentralizados conforme calendário do Comando Logístico/Diretoria de Abastecimento, Órgão do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro.

## **3. PREÇOS**

3.1. A definição dos preços observou o art. 5º da Resolução GGPAА N° 84, de 10/08/2020, aonde foram realizadas 03 (três) pesquisas de preços no mercado local, para se obter o preço de referência.

3.2. O preço indicado como referência é o valor máximo estipulado para aquisição do produto na qualidade especificada, inclusos todos os custos operacionais, taxas, tributos e frete até a entrega no local indicado.

## **4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei nº 12.512, de 2011 e do Decreto nº 11.476, de 2023 são elegíveis para fornecimento de alimentos no âmbito do Programa de Alimenta Brasil – PAB os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (beneficiários fornecedores); e, ainda, cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direitos privados que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos por resolução do GGPAА (organizações fornecedoras).

## **5. HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE VENDA**

5.1 Os proponentes deverão apresentar, em envelopes distintos, ambos fechados, lacrados e rubricados, os documentos necessários à HABILITAÇÃO e a PROPOSTA DE VENDA.

5.2 Os envelopes deverão estar endereçados à Base Administrativa do Curado; especificar a Chamada Pública nº 01/2024; especificar de qual envelope se trata – se HABILITAÇÃO ou PROPOSTA; e identificar o nome do proponente.

5.3 Os proponentes deverão apresentar no Envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO  
Chamada Pública nº 01/2024  
**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
PROONENTE: (NOME DO FORNECEDOR)

## **HABILITAÇÃO ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para pessoa física ou jurídica, conforme o caso;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Alvará de Localização fornecido pelo Município que está situado;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do Contratante (negativa);
- g) Declaração do cumprimento das normas de proteção ao menor trabalhador, conforme modelo aprovado pelo Decreto nº 4.358/02 (**ANEXO VII**);
- h) Para produtos de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser Municipal, Estadual ou Federal;
- i) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO  
Chamada Pública nº 01/2024  
**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
PROPONENTE: (NOME DO FORNECEDOR)

**HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- b) O extrato da DAP física do agricultor familiar participante emitido nos últimos 60 dias;
- c) O projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para alimentação escolar com assinatura do agricultor participante;
- d) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria relacionada no projeto de venda; (**ANEXO III**)
- e) Para produtos de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal;
- f) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
- g) Declaração do cumprimento das normas de proteção ao menor trabalhador, conforme modelo aprovado pelo Decreto nº 4.358/02 (**ANEXO VII**)

**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE VENDA**  
**PROPONENTE: ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS E OU**  
**FORNECEDOR INDIVIDUAL**

5.3.1. Os documentos listados acima deverão ser apresentados no original ou, no caso de cópias, deverão ser apresentadas cópias autenticadas por Tabelião de Notas; poderão, ainda, ser apresentados no original, com cópia para autenticação pela Base Administrativa da Base do Curado.

5.3.2. Nos termos do artigo 7º da Resolução GGPA n° 84, de 2020, serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem todos os documentos exigidos neste Edital de Chamada Pública e, ainda, cujas Propostas de Venda apresentem preços compatíveis com os de mercado, conforme artigo 5º da mesma Resolução.

5.3.3. Os proponentes deverão apresentar no Envelope nº 02, separado do primeiro envelope, a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação devidamente preenchido, identificado e assinado pelo representante legal, conforme ANEXOS deste Edital.

## **6. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1 Para seleção os projetos de venda habilitados serão divididos em:

- I. grupo de projetos de fornecedores locais;
- II. grupo de projetos do entorno do Município de Recife/PE;
- III. grupo de projetos de estado, e;
- IV. grupo de proposta do País.

6.2 Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II- o grupo de projetos de fornecedores do entorno do Município de Recife/PE terá prioridade sobre o do estado e do País.

III- o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

6.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I- os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) devem ser consideradas organizações fornecedoras de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas pertencente a algum dos grupos citados, conforme identificação na(s) DAP(s) ou CAF(s);

b) no caso de empate entre organizações fornecedoras de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

c) em caso de persistência de empate ou impossibilidade de comparação entre a porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

d) é possível realizar a soma da porcentagem de cada grupo específico (assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas) em uma DAP Jurídica ou no CAF, para fins de alcance do percentual de 50%+1 e consequente aquisição da prioridade legal em seleção de projetos de venda em processos de chamada pública.

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastros no MAPA;

III - As organizações/grupos fornecedores sobre os fornecedores individuais, e estes sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP jurídica ou CAF conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

a) no caso de empate entre organizações fornecedoras têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP jurídica ou CAF;

b) em caso de persistência de empate ou impossibilidade de comparação entre a porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados das duas diferentes organizações/grupos, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6.4. Em caso de empate ou impossibilidade de comparação entre a porcentagem de contribuidores (especificados no item 5.3) de diferentes organizações/grupos, havendo consenso entre as partes, PODERÁ optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas. Caso contrário, o desempate far-se-á na forma de sorteio.

6.4.1. Em caso de agricultores de outros municípios que não Recife/PE o critério será o de maior proximidade.

6.4.1.1. O critério de proximidade refere-se à distância das prefeituras das cidades envolvidas e a Prefeitura Municipal de Recife/PE.

6.5. Quando a proposta melhor classificada não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade das demais propostas necessárias para alcançar o total estimado, respeitando o critério de priorização.

## **7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

7.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Setor de Aprovisionamento das seguintes organizações militares:

7.1.1 **Base Administrativa do Curado (UASG 160225)**, situada à Avenida Visconde de São Leopoldo, 198, Várzea, Recife-PE. Telefone: (81) 2129-6233/6286 – Almoxarifado / (81) 2129-6620 – Seção Administrativa. E-mail: [baseadmalmox@gmail.com](mailto:baseadmalmox@gmail.com), conforme a necessidade e quantidade solicitada, na qual se atestará o seu recebimento.

7.1.2 **10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (UASG 160184)**, situado à Av. Getúlio Vargas, 56 – Várzea, Recife-PE, CEP: 50950-000. Telefone: (81) 2129-6518 – Almoxarifado. E-mail: [almoxarifado10esqd2@gmail.com](mailto:almoxarifado10esqd2@gmail.com), conforme a necessidade e quantidade solicitada, na qual se atestará o seu recebimento.

7.1.3 **4º Batalhão de Comunicações (UASG 160188)**, situada à BR-101 Sul, Km 73, Tejipió, Recife-PE, CEP 51240-340. Telefone: (81) 3455-2252 (Ramal 2280) – Almoxarifado. E-mail: [4bcom.salc@gmail.com](mailto:4bcom.salc@gmail.com), conforme a necessidade e quantidade solicitada, na qual se atestará o seu recebimento.

7.1.4 **Comando da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (UASG 160193)**, Av Getúlio Vargas, s/nº, BR 232, Km 10, Curado, Recife-PE, CEP 50950-000. Telefone: (81) 2129-6530 – Almoxarifado. E-mail: [salc10bda@hotmail.com](mailto:salc10bda@hotmail.com), conforme a necessidade e quantidade solicitada, na qual se atestará o seu recebimento.

7.1.5 **14º Batalhão de Infantaria Motorizado (UASG 160178):**

- Ao Almoxarife, no Setor de Materiais, situada à Rua Gen. Manoel Rabelo, 1950, Socorro, Jaboatão dos Guararapes-PE. CEP 54160-350. Telefone: (81) 3251-0355 – Almoxarifado. E-mail: [licitacao14bimt@gmail.com](mailto:licitacao14bimt@gmail.com).

7.1.6 **7º Grupo de Artilharia de Campanha (UASG 160181):**

- Ao Almoxarife, no Setor de Materiais, situada à Dr. Joaquim Nabuco, Bairro Jatobá, Olinda-PE. CEP 53370-285. Telefone: (81) 3202-5800 / 3202-5830 – Almoxarifado. E-mail: [salc7gac@gmail.com](mailto:salc7gac@gmail.com)

#### **7.1.7 4º Batalhão de Polícia do Exército (UASG 160180):**

- Ao Almoxarife, no Setor de Materiais, situada à Av Getúlio Vargas, s/nº, BR 232, Km 6, Curado, Recife-PE, CEP 50950-000. Telefone: (81) 2129-6052 – Almoxarifado / 3303-6901-PABX. E-mail: [almox.4bpe@gmail.com](mailto:almox.4bpe@gmail.com)

#### **7.2. O prazo para entrega dos gêneros alimentícios será de até 48 (quarenta e oito) horas após recebida a solicitação pelo fornecedor.**

7.3 Os produtos deverão estar em perfeitas condições, devidamente acondicionados e identificados, e dentro do prazo de validade estabelecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

7.4 Somente admitir-se-á prorrogação de prazo para entrega do produto licitado quando verificada a ocorrência de uma das hipóteses previstas na Lei nº 14.133 de 2021, devendo ser adotado o procedimento legal, mediante solicitação expressa do licitante vencedor.

7.5 O recebimento ficará a cargo da Unidade Gestora contratante e acontecerá em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento provisório, mediante termo de recebimento e aceitabilidade (anexo IV), onde serão verificados: a conformidade com as especificações, a não apresentação de avarias ou adulteração, obrigando-se o adjudicatário a repor o gênero danificado, fora da norma legal, que porventura for detectado, com base na Lei nº 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

7.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7 Se as especificações dos gêneros entregues não corresponderem às exigidas neste Edital, os mesmos serão devolvidos ao fornecedor para substituição no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de **3 (três) dias** de sua ocorrência, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

### **8. PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será realizado em até trinta dias após o atestado de quitação realizado pelas Organizações Militares participantes desta Chamada Pública no documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

### **9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Divisão de Licitações, Aquisições e Contratos da Base Administrativa do Curado em dias úteis no horário das 09:00 às 11:30 e das 13:30 às 15:30 de segunda a quinta-feira e das 08:00 às 11:00 na sexta-feira, e divulgado pelo site: [www.baadmcurado.eb.mil.br](http://www.baadmcurado.eb.mil.br).

9.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

9.3. Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos beneficiários e organizações fornecedores, observando que os produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados, resultantes das atividades dos agricultores familiares, das suas organizações e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006, são considerados produção própria destes fornecedores.

9.4 Os beneficiários e organizações fornecedoras podem contratar serviços de terceiros, em uma ou diversas etapas do processo produtivo, para o fornecimento de produtos beneficiados, processados ou industrializados, sendo necessária a apresentação do contrato ou instrumento congênere.

9.5 Os valores a serem pagos aos beneficiários e organizações fornecedores correspondem aos preços de aquisição de cada produto, compatíveis com os vigentes no mercado e discriminados nesta chamada pública.

9.6 O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou CAF por ano civil, por órgão comprador.

9.7 O limite de venda por organização fornecedora deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP ou CAF Pessoa Jurídica, por ano civil, por órgão comprador ou 3.000.000,00 (três milhões de reais) para projetos apresentados por outros grupos fornecedores sem CNPJ.

9.8 Informações e esclarecimentos a respeito desta Chamada Pública poderão ser obtidos na Divisão de Licitações, Aquisições e Contratos da Base Administrativa do Curado através do telefone (81) 2129-6635 ou através do e-mail [licitacao.basecurado2@gmail.com](mailto:licitacao.basecurado2@gmail.com).

9.9 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 1.1.1. ANEXO I – Descritivo dos itens e quantidades de cada Organização Militar;
- 1.1.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 1.1.3. ANEXO III – Modelo de proposta;
- 1.1.4. ANEXO IV – Declaração de produção de própria;
- 1.1.5. ANEXO V – Declaração de Procedência;
- 1.1.6. ANEXO VI – Declaração de controle limite de venda e;
- 1.1.7. ANEXO VII – Declaração de não empregabilidade de menor de 18 anos.

Recife – PE, 10 de junho de 2024.

Registre-se e publique-se.

**JOSE ADILSON ANDRADE SILVA – Ten Cel**  
Ordenador de Despesas da Base Administrativa do Curado